

DUAS VIAS QUE CONFLUEM: APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA MARXIANA DA REVOLUÇÃO¹

Anderson Vinicius Dell Piagge PIVA²

RESUMO: Neste artigo exploramos a hipótese de que a teoria da revolução de Karl Marx não está fundamentada unicamente na luta de classes. Nos seus escritos econômicos da maturidade, e mais particularmente nos *Grundrisse*, é possível identificar um prognóstico do processo de desintegração do capital e da formação do valor que acabaria por tornar anacrônicas e obsoletas as relações sociais vigentes no mundo contemporâneo. Tal processo não estaria, necessariamente, vinculado à ação política das classes sociais, mas seria intrínseco à lógica de desenvolvimento das forças produtivas sob o capital. Assim, no limite, poder-se-ia falar em duas teorias da revolução que se complementam em Marx. Assim, procuramos, aqui, confrontar a teoria da revolução presente em *O Capital* com aquela sugerida pelos *Grundrisse*, no seu famoso “fragmento sobre as máquinas”.

PALAVRAS-CHAVE: marxismo; teoria da história; teoria do valor-trabalho; grundrisse; O Capital.

TWO WAYS THAT CONVERGE: NOTES ON THE MARXIAN THEORY OF REVOLUTION

ABSTRACT: *In this article we explore the hypothesis that Karl Marx's theory of revolution is not based solely on class struggle. In his mature economic writings, and more particularly in the Grundrisse, it is possible to identify a prognosis of the process of disintegration of capital and the formation of value that would end up making social relations existing in*

¹ Este artigo resultou de pesquisa de doutorado financiada pelo CNPq.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Doutorando em Ciências Sociais. <https://orcid.org/0000-0003-4766-1415>. andersonpiva@gmail.com.

the contemporary world anachronistic and obsolete. Such a process would not necessarily be linked to the political action of social classes, but it would be intrinsic to the logic of development of the productive forces under capital. Thus, at the limit, one could speak of two theories of revolution that complement each other in Marx. Therefore, we seek here to confront the theory of revolution present in Capital with that suggested by the Grundrisse, in their famous “fragment on machines”.

KEYWORDS: *marxism; theory of history; labour theory of value; grundrisse; Capital.*

Pois os próprios antigos não sabiam que um dia virá, quando a gente pode permanecer deitada em rede ou cama, e as enxadas saindo sozinhas para capinar roça, e as foices para colherem por si, e o carro indo por sua lei buscar a colheita.

(Guimarães Rosa, 2001, p. 522).

Introdução

No presente artigo buscamos confrontar a teoria da revolução marxiana tal como exposta em *O Capital* – particularmente no capítulo 24, sobre a assim chamada acumulação primitiva – com os prognósticos presentes no “fragmento sobre as máquinas” dos *Grundrisse*, em que Marx imagina um colapso das relações de produção capitalistas como consequência do elevado grau de automação a que poderia chegar o processo produtivo.

No primeiro caso, a ênfase recai sobre a luta de classes. O proletariado, ao sentir as contradições da sociedade burguesa, lança-se à expropriação dos expropriadores. Assim, a ação política da classe revolucionária é o fundamento através do qual se prepara a abolição (ou, a superação) das relações de capital. No “fragmento sobre as máquinas”, por sua vez, Marx imagina um cenário de tão alto desenvolvimento tecnológico e automação que o elemento central da produção capitalista, a produção e reprodução de valor, faz com que – parafraseando sua expressão – o capital voe pelos ares³.

³ Michael Heinrich, no entanto, em artigo publicado em *In Marx's laboratory: critical interpretations of the Grundrisse*, defende que Marx superou essa interpretação no primeiro volume de *O Capital*. (BELLOFIORE; STAROSTA; THOMAS, 2014). Antonio Negri, ao contrário, argumenta que os *Grundrisse* devem ser lidos de modo independente de *O Capital* (NEGRI, 2016).

Partimos da hipótese de que os dois processos, embora possam parecer em certa medida independentes, estão absolutamente relacionados. São vias que confluem e levam ao mesmo destino.

O capital que voa pelos ares

Os *Grundrisse*, escritos entre 1858 e 1859, e que hoje constituem uma obra fundamental para a compreensão do pensamento marxiano, tiveram a sua primeira edição em alemão apenas nos anos 1930. A edição inglesa é dos anos 1970. E, no Brasil, a tradução integral da obra foi publicada somente em 2011. Talvez isso explique, em parte, por que algumas das ideias centrais desse trabalho de Karl Marx demoraram tanto a se difundir. É o caso, por exemplo, da “pre-dição” do autor alemão a respeito do advento do trabalho totalmente (ou quase totalmente) automatizado. Trata-se de uma passagem tão decisiva para o debate contemporâneo sobre as transformações no mundo do trabalho (ROSDOLSKY, 2001) que julgamos necessário reproduzi-la aqui para procedermos à sua análise.

O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador. [...] Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora. Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. *O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia*, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. [...] Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma de precariedade e contradição. [Dá-se] o

livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais – ambas aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado. De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares (MARX, 2011, p. 588-589, grifo do autor).

A primeira afirmação do excerto supracitado, ou seja, a de que “o trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção” quando o ser humano a ele se relaciona muito mais como “supervisor” e “regulador”, bem como as implicações teóricas que esta assertiva traz para a teoria marxista, só pode ser plenamente compreendida se tivermos em vista a teoria do valor-trabalho. Como se sabe, para Marx, o valor de uma mercadoria é condicionado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua confecção. Ou seja, o trabalho humano, mais precisamente a mercadoria força de trabalho, aparece como o fundamento da criação de valor no modo de produção capitalista⁴. Por isso, pode-se dizer que, dentre todas as mercadorias, a força de trabalho é a única que

⁴ Trabalho humano e mercadoria força de trabalho não são idênticos. Embora a mercadoria força de trabalho seja “constituída” de trabalho humano, este último só ganha a sua forma ou qualidade de mercadoria dentro das relações burguesas de produção. Desse modo, sob o regime do capital, o trabalhador não vende seu trabalho, mas sua força de trabalho.

possui uma qualidade “mágica”, pois enquanto todas as outras se desvalorizam, ou transferem seu valor ao serem consumidas no processo de produção, a força de trabalho cria um valor maior do que aquele pelo qual se vendeu. Mais: ao se realizar, enquanto valor, ela realiza o valor de todas as demais mercadorias e bens de capital envolvidos no processo produtivo.

Num cenário, porém, em que se dispensa gradualmente e cada vez mais essa mercadoria “mágica” no processo de produção, a força de trabalho, como se daria a criação de valor? E aí reside a grande questão. A resposta lógica é que sem a utilização da força de trabalho nesse processo não pode haver a criação de valor – ou seja, valor de troca. No capitalismo o que se troca é tempo de trabalho por tempo de trabalho. E essa medida é dada, por conseguinte, pelo tempo de trabalho humano socialmente condicionado. A primeira implicação teórica que se depreende desse quadro, ainda ideal, em que o processo produtivo tornar-se-ia completamente automatizado, não contando mais com a intervenção direta do trabalho humano, tendo a força de trabalho, enquanto mercadoria, se tornado algo obsoleto, é a constatação de que o próprio desenvolvimento das forças produtivas acabaria por tornar anacrônicas as relações de capital. Exatamente como se prognosticava, de modo geral, no famoso Prefácio da obra *Para a crítica da economia política*, de Marx, publicada em 1859, um ano depois da redação original dos *Grundrisse*. Ali, Marx afirma que “uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida” (NETTO, 1982, p. 26). Assim, o condicionante para o “periclitamento” de uma determinada formação social ressaltado nesta passagem é o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Cabe aqui a ressalva, no entanto, de que Marx não acreditava no primado exclusivo dessas últimas no processo de transformação social, como fez parecer a literatura stalinista durante século XX (NETTO, 1982). O que se pretendia demonstrar era apenas que “novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade” (NETTO, 1982, p. 26). Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas é visto aqui como condicionante para o advento de novas relações sociais; mas haveria uma relação mútua entre as duas esferas. Tiramos daí, portanto, a seguinte constatação: o fundamento mais elementar do modo de produção capitalista, a produção de mercadorias, tem os seus alicerces minados pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas. E essas, por sua vez, na medida em que se desenvolvem sob as relações de capital, têm o seu próprio desenvolvimento condicionado pelas leis do modo de produção capitalista.

É possível que durante algum tempo essa importante observação de Marx tenha sido lida da seguinte maneira: o desenvolvimento das forças produtivas acarreta o desenvolvimento da classe trabalhadora; a própria classe trabalhadora é a força produtiva mais decisiva (MARX, 1985); a sua expansão, bem como o seu modo de inserção no processo produtivo, representa a grande contradição do modo de produção capitalista, colocando de um lado os proprietários dos meios de produção e, do outro, o proletariado, possuidor apenas de sua força de trabalho. Assim, a classe trabalhadora seria a responsável por promover a grande revolução social, aquela que “expropriaria os expropriadores” (MARX, 2013). Ou seja, através de um ato revolucionário, a classe trabalhadora promoveria a revolução social. É, em última instância, uma concepção do desenvolvimento histórico de cunho subjetivo, sendo que o “sujeito histórico” aqui é a classe trabalhadora, o proletariado.

A crítica ao marxismo tradicional

Em *Tempo, trabalho e dominação social*, Moishe Postone também se debruça sobre questões suscitadas pela leitura dos *Grundrisse*. Segundo o autor canadense, o modo como Marx aborda a contradição do capitalismo nessa obra “indica a necessidade de uma profunda reconsideração da natureza da sua teoria crítica madura”, sendo esta última “uma crítica do trabalho no capitalismo, não uma crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho” (POSTONE, 2014, p. 37). Ao fazê-lo, o autor supera certas limitações do que ele chama de “marxismo tradicional”, tal como a tendência a conceber a contradição no capitalismo baseada na oposição “entre as esferas de distribuição e produção”, quando essa contradição residiria, de fato, na própria esfera da produção.

Postone ressalta que, de acordo com a análise marxiana nos *Grundrisse*, a fundação da produção no capitalismo é o valor (POSTONE, 2014). E esse sistema econômico, por sua vez, estaria fundado no trabalho assalariado, de modo que “‘produção baseada em valor’ e ‘modo de produção baseado no trabalho assalariado’ parecem intimamente associados” (POSTONE, 2014, p. 40). O capitalismo comportaria, porém, formas historicamente específicas de riqueza e de produção, sendo que, “de acordo com Marx, a forma de produção baseada no valor se desenvolve de uma forma que indica a possível negação histórica do valor em si” (POSTONE, 2014, p. 42). Superar o capitalismo, por conseguinte (e sempre segundo a análise de Marx nos *Grundrisse*), implicaria “em abolir o valor como forma social de riqueza, o que, por sua vez, resulta na superação do

modo determinado de produção desenvolvido sob o capitalismo” (POSTONE, 2014, p. 43).

O modo como Postone coloca o problema, portanto, nos remete à questão sobre qual o papel do proletariado no processo revolucionário se, com o desenvolvimento progressivo das forças produtivas e dos meios de produção, o próprio proletariado, como vendedor de força de trabalho, vai se extinguindo – ou, na melhor das hipóteses, vai se tornando marginal no processo de produção⁵. O autor avança ao ensaiar uma resposta: “Longe de levar à *realização* do proletariado, a superação do capitalismo envolve a *abolição* material do trabalho proletário. A emancipação do trabalho exige a emancipação em relação ao trabalho (alienado)” (POSTONE, 2014, p. 50, grifo do autor). Postone, portanto, não atribui necessariamente ao proletariado a tarefa de “fazer” a revolução; antes, promove uma crítica à “noção do proletariado como o sujeito revolucionário, isto é, um agente social que constitui a história e se realiza no socialismo” (POSTONE, 2014, p. 54).

Uma revolução epistemológica

Numa eventual sociedade comunista, ao se mudarem os alicerces do modo de produção, uma vez que este não se basearia mais na produção de valor (ou de valor de troca, subentenda-se), mudar-se-ia igualmente a perspectiva epistemológica, ou seja, o próprio fundamento teórico do modo como compreendemos a teoria econômica, política e historiográfica.

Essa constatação é central para o marxismo, particularmente para aquele que procura livrar-se da influência do chamado “marxismo tradicional” (POSTONE, 2014, p. 21) e que dominou o panorama teórico durante o século 20: o fundamento epistemológico do “novo materialismo” – ou do chamado “materialismo histórico” – não é a propriedade estatal dos meios de produção, mas a superação do trabalho assalariado. Ou seja, o trabalhador não receberia um *salário* pela venda de sua força de trabalho; a própria força de trabalho posta como mercadoria desaparece, uma vez que desaparece a produção mercantil. O salário, por conseguinte, como equivalente do preço que se paga pela mercadoria “mágica” do trabalhador deve deixar de existir.

Não há, desse modo, a produção de mais-valia. E é precisamente nisso que reside o sentido último das expressões “humanidade socializada” e “sociedade

⁵ Marginal no sentido de que a criação de riqueza vai deixando de se basear no “roubo de tempo de trabalho alheio” e o trabalhador vai se tornando mais um “supervisor” e um “regulador” no processo produtivo (MARX, 2011, p. 588-589).

humana” empregadas por Marx em sua 10^a tese sobre Feuerbach. O ponto de vista marxiano, portanto, é o trabalho num mundo em que se superou o capital. E a superação do capital, para que se dê efetivamente, não depende da mudança do status jurídico de uma forma de propriedade para outra: da propriedade privada para propriedade estatal, por exemplo. A produção de mais-valia continua – e pode mesmo se ampliar – em sociedades em que o estado é proprietário da maior parte dos meios de produção. E foi precisamente isso o que se deu na União Soviética⁶.

Também do ponto de vista da epistemologia, há uma passagem decisiva no famoso Prefácio de *Para a crítica da economia política*:

É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir (MARX, 1982, p. 26).

Sobre essas assertivas de Marx é preciso fazer, antes de tudo, uma ressalva. Não se trata, de modo algum, de um prognóstico otimista sobre a capacidade da humanidade de resolver todas as suas tarefas. Marx não atribui nenhuma força onipotente aos homens ou à sociedade. E esse seria, de fato, um modo ingênuo de interpretá-lo. Trata-se aqui, na verdade, de um postulado dos mais decisivos para a teoria do conhecimento. Ou seja, as tarefas que a humanidade se coloca só são postas uma vez que já existam os fundamentos materiais para que se possa colocá-las como tarefas; e mais: ali onde se coloca tal tarefa há, por conseguinte, a própria solução, pois a materialidade da solução é dada, ainda que mesmo em germe, antes de sua efetivação prática.

Para que não nos percamos no plano da pura abstração e possamos ilustrar essa passagem com um exemplo didático, basta pensar, de maneira geral, na própria história do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Quando a burguesia começou a se colocara tarefa do desenvolvimento do mundo burguês, com as suas instituições, suas relações sociais e suas concepções filosóficas, essa mesma classe já existia e se desenvolvia; ou, dito de outro modo, quando a humanidade se propõe a tarefa de realizar o mundo do capital, é porque o próprio capital já existe, se desenvolve – e se apresenta, ele mesmo, como solu-

⁶ O professor Ettore Cinnella, da Università di Pisa, em entrevista que nos foi concedida (ainda inédita), lembra que na URSS, por exemplo, além do trabalho assalariado existiam os *gulags*: campos de trabalho forçado, que poderiam abrigar uma forma de trabalho “complementar” ao trabalho assalariado.

ção da tarefa. O próprio postulado da tarefa *realização do mundo do capital* já pressupõe a existência material do capital. É por isso que o Iluminismo, por exemplo, como “movimento filosófico”, pode preceder a Revolução Francesa e o pleno estabelecimento do capitalismo na França. Do mesmo modo que para Hegel, portanto, a existência aqui é compreendida também como potência – e o racional é compreendido como real.

Levando-se em conta essa passagem do Prefácio de *Para a crítica da economia política*, seria possível tirar duas conclusões com implicações diferentes para a teoria da revolução marxista. A primeira delas, como adiantamos, é focada na classe, que constituiria o sujeito histórico revolucionário. Assim como a classe representaria a força produtiva mais decisiva, ela também seria o fundamento epistemológico e a base material da tarefa político-econômica da revolução. A segunda é focada na relação social, isto é, no capital em si.

Classe social e revolução

Num dos escritos mais famosos de Marx e Engels, *O manifesto do partido comunista*, lemos que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40). Esse simples enunciado, posto de forma categórica, logo no início do *Manifesto*, deu margem a muitas interpretações – e a alguns exageros. Diz-se vulgarmente, por exemplo, que Marx e Engels concebiam a luta de classes como sendo o motor da história. Trata-se, evidentemente, de uma deturpação do seu sentido original.

Há uma enorme diferença em se dizer, por um lado, que história é a história das lutas de classes e, por outro, que as lutas de classes são o motor da história. No primeiro caso depreende-se que a história é algo que precede as lutas de classes, ou seja, a história acontece para além delas. No segundo caso, ao contrário, as lutas de classes aparecem como condicionantes da história, ou seja, elas são o seu motor; sem elas, portanto, não poderia haver história. A nota acrescida por Engels a esse parágrafo, em 1888, a respeito da história escrita e da pré-história, bem como das pesquisas de Haxthausen, Maurer e Morgan, confirma a interpretação segundo a qual a história (e a pré-história), para os fundadores do marxismo, é algo muito mais amplo que as lutas de classes.

Essa questão sobre a interpretação do parágrafo inicial do *Manifesto comunista* não constitui, de modo algum, um preciosismo de exegeta. É, antes, decisiva para a teoria política da revolução. Pois, se se credita aos fundadores do materialismo histórico a ideia segundo a qual as lutas de classes são o motor da história, inverte-se o sentido original de um pensamento que tem influenciado

gerações de militantes políticos e de intelectuais desde meados do século dezanove. Segundo essa interpretação, haveria uma grande dimensão subjetiva no processo de desenvolvimento histórico: *as classes*, através de suas lutas, *fazem* a história. Assim, elas seriam o elemento puramente ativo. Elas precederiam a história e, com suas lutas, fariam com que esta acontecesse, se movimentasse, se desenvolvesse.

É certo que essa dimensão subjetiva da história que acontece por conta da vontade da classe – ou do partido, ou dos líderes, e assim por diante – está presente no pensamento de Marx e Engels. Caso contrário, não se disporiam a escrever manifestos políticos, organizar associações de trabalhadores, entre outras coisas. A dificuldade, no entanto, encontra-se numa sutileza – explicitada, aliás, por uma frase escrita pelo próprio Marx em seu *O 18 de brumário de Luis Bonaparte*: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2017, p. 25)⁷. É para tais circunstâncias, essas que não são escolhidas pelos homens, que pretendemos chamar atenção.

Acredita-se, comumente, que o marxismo esteja fundado sobre a análise das lutas de classes, bastando, inclusive, utilizar esse conceito para que se possa qualificar qualquer interpretação histórica como sendo marxista. O próprio Marx, porém, tinha outra visão a esse respeito. Escrevendo para J. Weydemeyer, em carta datada de 5 de março de 1852, Marx afirma: “No que agora me concerne, não me cabe nem o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna, nem o da luta delas entre si. Historiadores burgueses já tinham exposto muito antes de mim o desenvolvimento histórico dessa luta de classes” (MARX, 2001, p. 442). E acrescenta: sua contribuição consistiu em demonstrar três novidades, as quais discutiremos adiante.

As três inovações de Marx

“1. [...] a *existência das classes* está ligada apenas a *determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção*” (MARX, 2001, p. 442, grifo do autor). Subordina-se aqui, portanto, as classes – enquanto sujeitos – aos modos de produção; ou, antes, a sua existência está condicionada a determinadas fases do desenvolvimento da produção. Assim, reafirma-se o sentido original segundo o

⁷ Embora Marx se referisse, nessa passagem, ao contexto das lutas de classes na França dos anos 1840, aqui ela serve apenas para ilustrar o nosso ponto de vista.

qual a história, ou, dito com as palavras de Marx, o “desenvolvimento da produção”, é algo que precede as classes ou a luta entre elas.

O segundo ponto mencionado por Marx é: “a luta de classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado*” (MARX, 2001, p. 442, grifo do autor). E nessa segunda afirmação devemos nos deter com bastante cuidado. Se se entende que a história é algo que acontece para além da luta de classes, estando estas últimas subordinadas ao desenvolvimento geral da produção, como interpretar a afirmação segundo a qual a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado? Teriam as classes e suas lutas recuperado o papel de agente histórico aqui, fazendo com que a segunda afirmação de Marx contradiga a imediatamente precedente?

Antes de mais nada, é preciso dizer que a ditadura do proletariado não pode ser confundida, de modo geral, com uma ditadura eminentemente *política*; se se tem em conta que o que domina são as relações sociais, tal como sob o capitalismo (POSTONE, 2014), então não devemos entender, igualmente, a expressão ditadura do proletariado apenas como o governo ditatorial de uma classe sobre a outra (proletariado sobre a burguesia); antes, pode-se atribuir esse domínio à nova relação social, fundada sobre bases econômicas superiores ao capital. O que condiciona a ação dos homens na sociedade socialista é, sobretudo, a nova relação social.

No entanto, não se pode perder de vista a dimensão política do pensamento de Marx, que nesse aspecto é fundamental. As novas relações sociais não se estabelecem através de um passe de mágica ou de modo automático. É a ação humana e, portanto, a ação política que realizaria a superação do capital: dentro, evidentemente, de um contexto histórico em que o capital tivesse desenvolvido todas as suas contradições. É o que se afirma na terceira novidade que Marx diz ter trazido para a teoria: “esta mesma ditadura constitui apenas a transição para a *superação de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes*” (MARX, 2001, p. 442-443, grifos do autor). Aqui, mais uma vez, os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: estão subordinados às circunstâncias históricas.

É preciso, igualmente, observar que essa carta foi escrita quase vinte anos antes da Comuna de Paris, evento histórico que ofereceu a Marx a oportunidade de refletir e reconsiderar suas posições, inclusive sobre a natureza da chamada ditadura do proletariado (BOBBIO, 2018).

Classe e revolução em *O Capital*

No famoso capítulo 24 de *O Capital*, sobre a assim chamada acumulação primitiva, Marx faz uma aguda análise sobre a ascensão do capitalismo na Inglaterra. Sem nos determos sobre a exposição histórica ali realizada – já bastante conhecida – gostaríamos de nos concentrar na teoria da revolução exposta ao final do referido capítulo. Ali Marx nos informa que o significado dessa acumulação originária, enquanto não seja a transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados (e, portanto, mera mudança de forma), reside precisamente na expropriação dos produtores diretos. Ou seja, ela representa a “dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho” (MARX, 2013, p. 830). Assim, o pequeno proprietário, nesse processo, deixa de ser proprietário de suas condições de trabalho, de seus instrumentos e de sua pequena propriedade (como a terra, por exemplo). Esses meios de produção passam a ser propriedade de “não trabalhadores”; assim, transforma-se o caráter da própria propriedade privada. Segundo o autor, a propriedade privada fundada no próprio trabalho, de um lado, e a grande propriedade capitalista, de outro, constituem os dois extremos entre os quais se situam os diversos estágios intermediários de seu desenvolvimento.

Um dos aspectos mais interessantes da análise de Marx, nesse capítulo, é que não há, por parte do autor, qualquer defesa do estágio primitivo do desenvolvimento da propriedade privada. Este último é entendido, aqui, de modo objetivo: apenas como um estágio histórico que foi superado pela grande propriedade capitalista. Considera que “a propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é o fundamento da pequena empresa”, e esta última, por sua vez, seria “uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador”; esse modo de produção, contudo, “pressupõe o parcelamento do solo e dos demais meios de produção”, excluindo, assim, “a cooperação, a divisão do trabalho no interior dos mesmos processos de produção, a dominação e a regulação sociais da natureza, o livre desenvolvimento das forças produtivas sociais” (MARX, 2013, p. 831). Todas essas formas mais avançadas da técnica e do moderno processo produtivo são consideradas por Marx, de certo modo, sob uma luz positiva, já que pretender eternizar o modo de produção fundado na pequena propriedade individual, com o baixo nível técnico que lhe é característico, seria, “como diz Pecqueur com razão, ‘decretar a mediocridade geral’” (MARX, 2013, p. 831). O autor argumenta que, “ao atingir certo nível de desenvolvimento, ele engendra os meios materiais de sua própria destruição” e acrescenta um comentário importante, do

ponto de vista teórico: “A partir desse momento agitam-se no seio da sociedade *forças e paixões* que se sentem travadas por esse modo de produção” (MARX, 2013, p. 831, grifo nosso).

As expressões *forças e paixões* aqui utilizadas reforçam, a nosso ver, o duplo caráter (objetivo e subjetivo) dos processos de transformação histórica que ressaltamos anteriormente. Assim, se aquele modo de produção “engendra os meios materiais de sua própria destruição” através de um processo objetivo de desenvolvimento, é a partir daí que se agitam na sociedade forças (que podem ser objetivas e subjetivas) e paixões (que só podem ser subjetivas) que “se sentem travadas” pelo modo de produção que estão em vias de superar. É certo que se nos é lícito usar a expressão “sentir-se travadas”, nesse caso, isso se dá porque se pressupõe que o passo seguinte do processo histórico já existe como potência; ou seja, aqui nos encontramos, outra vez, diante da tarefa que os homens colocam para ser realizada e, ao mesmo tempo, com os homens e os meios materiais e sociais que são, eles mesmos, os agentes e os instrumentos dessa realização.

A história da transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, portanto, da pequena propriedade individual, fundada no trabalho direto, na grande propriedade capitalista moderna, constitui a “pré-história” do capital; ela foi realizada através de “métodos violentos”, de “implacável vandalismo” e “sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis” (MARX, 2013, p. 831). Nota-se, aqui, mais uma vez, a ênfase ao elemento subjetivo atuando no processo histórico: os homens (ou as classes) movidos pelas paixões. E assim a propriedade privada individual, fundada no trabalho do indivíduo independente, detentor de suas condições e instrumentos de trabalho, dá lugar à propriedade privada capitalista, fundada na exploração do trabalho alheio, ou seja, no trabalho daqueles que já não possuem os instrumentos e as condições de trabalho, ora transformados em capital (MARX, 2013).

Nesse ponto, portanto, Marx começa a fazer uma espécie de prognóstico analítico que, em termos dialéticos, seria caracterizado como “a negação da negação”, conforme suas próprias palavras. E como não se trata de uma análise filosófica especulativa ou idealista, mas do apontamento de tendências baseadas no desenvolvimento de elementos concretos, cabe sistematizar aqui quais seriam esses elementos. A “negação da negação” aqui referida seria a negação da propriedade privada capitalista – que, por sua vez, fora a negação da pequena propriedade individual. Assim, a expressão refere-se à propriedade social, ou coletiva, dos meios de produção. O primeiro elemento apontado por Marx como pressuposto

para a “negação da negação”, para a superação da propriedade capitalista, seria a transformação dos trabalhadores em proletários.

Atente-se para o fato de que trabalhadores e proletários não significam necessariamente a mesma coisa. O proletário se define pela relação econômica, ou seja, é aquele indivíduo que “produz e valoriza ‘capital’” (MARX, 2013, p. 690, nota). O trabalhador, por sua vez, existiria independentemente da relação econômica a que está subordinado. Assim, o aparecimento dessa nova classe social, o proletariado, e a consequente transformação de suas condições de trabalho em capital constituiriam os primeiros pressupostos para a superação da propriedade capitalista; depois, a subsequente socialização do trabalho, com a “transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados – e, por conseguinte, em meios de produção coletivos” (MARX, 2013, p. 832).

Os dois primeiros pressupostos históricos apontados pelo autor têm, assim, um caráter igualmente econômico e social. Em primeiro lugar, o aparecimento do proletariado moderno; depois, a sua organização, pelo próprio processo produtivo, através do trabalho coletivo. “Quem será expropriado, agora, não é mais o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores” (MARX, 2013, p. 832).

Pode-se compreender bem o modo como Marx concebe esse processo revolucionário em *O Capital* a partir de sua assertiva segundo a qual “essa expropriação se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização de capitais” (MARX, 2013, p. 832)⁸. Ou seja, essas leis levam, igualmente, à centralização da produção e à organização do proletariado como classe. Se atentarmos para o argumento, veremos que Marx aponta para um processo econômico que resulta em transformações sociais. Assim, por exemplo, o processo puramente econômico – pois submetido às leis imanentes do modo de produção capitalista – da centralização de capitais e da produção resulta na organização social do proletariado como classe: a forma cooperativa do trabalho, a aplicação técnica da ciência, a exploração planejada da terra, de acordo com métodos avançados, a transformação dos meios de produção em aparatos que só podem ser utilizados e postos em funcionamento de modo coletivo etc.

A centralização progressiva de capitais nas mãos de poucos capitalistas resultaria num aumento da miséria, na intensificação da opressão, da degeneração e da exploração da classe trabalhadora. Mas também favoreceria o cres-

⁸ Não trataremos neste pequeno artigo das questões colocadas nos demais volumes de *O Capital* no que diz respeito às contradições do capital.

cimento da revolta dessa mesma classe que, “cada vez mais numerosa”, seria “instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista”; diante desse cenário, por fim, “o monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele”, os meios de produção, já centralizados, e a socialização do trabalho “atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista”, conseqüentemente “o entrave é arreventado” (MARX, 2013, p. 832)⁹.

Essa passagem é, para nós, decisiva, pois revela de modo emblemático que nesse capítulo de *O Capital* Marx desenvolve um esquema em que a classe operária desempenha um papel bastante ativo no processo de superação do capitalismo. Se, por um lado, é verdade que são as leis imanentes do capital que levam ao aumento das contradições econômicas e sociais (um movimento passivo), por outro lado, é apenas a partir do momento em que a classe trabalhadora “arreventa o entrave” (num movimento ativo) que esse modo de produção é superado. No entanto, não se pode compreender de maneira plena a teoria da revolução em Marx apenas por esse capítulo de *O Capital*. Entre outras coisas, porque falta detalhar, de modo mais preciso, como as condições sociais resultantes da centralização do capital, tais como o aumento da desigualdade e a organização da classe trabalhadora, podem constituir-se num entrave econômico, e não social, para o desenvolvimento ulterior do capitalismo. Nos *Grundrisse*, ao revelar o limite econômico do capital, através de um argumento baseado na contradição entre a necessidade da criação de valor e a obsolescência progressiva da mercadoria força de trabalho, Marx apresenta uma solução especificamente econômica para um problema que, em última instância, tem sua origem no modo de produção – ou seja, no âmbito econômico. Pode-se dizer que a teoria da revolução em *O Capital* é condicionada pela relação entre as leis imanentes do capitalismo e o sujeito revolucionário; já nos *Grundrisse*, na passagem por nós destacada, as leis imanentes engendram, de modo intrínseco, sua própria contradição.

O peso e a extensão da influência que a dialética hegeliana exerceu na composição de *O Capital* já foi objeto de debate, e tal influência foi admitida pelo próprio Marx (2013). Não pretendemos, porém, desenvolver esse ponto no presente artigo. Basta, para os nossos propósitos, destacar o modo como Marx conclui sua teoria da revolução em *O Capital*:

⁹ Note-se que prognosticar essa ação por meio da qual “o entrave é arreventado” é o oposto do outro prognóstico, presente nos *Grundrisse*, mais passivo, segundo o qual o capital “voa pelos ares” por conta do esvaziamento do valor-trabalho.

[...] a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Ela não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho (MARX, 2013, p. 832).

Assim, a superação se dá, em termos dialéticos, de modo a se superar e conservar ao mesmo tempo [*Aufhebung*]. Ou, mais precisamente, só se pode ir além se se conservam, como pressupostos, os elementos do estágio anterior que permitiram e condicionaram o desenvolvimento subsequente.

Como o capital é superado historicamente?

Como seriam, então, as relações de trabalho num mundo em que o capital tenha sido superado historicamente? Como se sabe, Marx e Engels não se dedicaram a fazer previsões sobre o futuro, sobre o socialismo e nem mesmo a fornecer receitas de organização social para serem aplicadas por meio de experimentos. Seus estudos basearam-se na análise do modo de produção capitalista, ou seja, como esse modo de produção desenvolveu-se historicamente, como continuava a modificar-se e quais as tendências de desenvolvimento e de superação históricas nele contidas, de acordo com a sua própria lógica interna de funcionamento. Há, no entanto, um documento polêmico em que Marx aborda esta questão: como se dá a superação do capital? Trata-se da *Crítica do Programa de Gotha*. Nesse texto, escrito com a finalidade de esclarecer e retificar alguns pontos do programa elaborado por militantes da socialdemocracia alemã, Marx nos fornece importantes elementos teóricos para a compreensão da natureza do comunismo. E o conhecimento desses apontamentos de Marx nos permite questionar, de modo consequente, a identificação entre o assim chamado “socialismo real” e a concepção marxiana de socialismo e comunismo.

Para o autor alemão há uma estreita relação entre o modo de produção e as concepções de justiça a respeito da repartição da produção. Assim, no mundo capitalista, as concepções correntes a respeito da forma adequada de distribuir o produto do trabalho estariam diretamente condicionadas ao modo como o capital opera: “O que é distribuição ‘justa’? Os burgueses não consideram que a atual distribuição é ‘justa’? E não é ela a única distribuição ‘justa’ tendo como base o atual modo de produção?” (MARX, 2012, p. 27). Para que se pudesse superar essa relação de produção, portanto, fundada na criação de mais-valia e

na exploração da força de trabalho, não bastaria a simples mudança do status jurídico da propriedade. O cerne do problema reside na relação de trabalho estabelecida no modo de produção capitalista.

Ao realizar uma breve exposição sobre o modo como poderia dar-se a transição histórica do capitalismo para o comunismo, Marx nos fornece elementos para a crítica do que ficou conhecido, no século 20, como o “socialismo realmente existente”. Assim, para se entender em que se baseia essa transição é preciso ter em mente um dos conceitos fundamentais elaborados em *O Capital*: o de trabalho social total [*gesellschaftliche Gesamtarbeit*] (MARX, 2013, p. 148). Esse trabalho social total seria a soma de todos os trabalhos privados realizados socialmente, ou seja, a soma de todos os produtos do trabalho [*Arbeitsprodukt*], o que constituiria o produto social total [*Gesamtprodukt*], como aparece na *Crítica do Programa de Gotha* (MARX; ENGELS, 2016, p. 705). Dele seriam deduzidos os recursos necessários para a substituição dos insumos e meios de produção consumidos no processo, bem como uma parte destinada à ampliação da produção; além disso, seria necessário reservar os recursos necessários à prevenção de acidentes e catástrofes. Outra parcela do produto total, destinada ao consumo, também deveria sofrer deduções, advindas dos custos de administração, serviços públicos e assistência social. É apenas depois de todas essas deduções que se chega ao montante que será repartido entre os produtores individuais da nova sociedade cooperativa (MARX, 2012).

A nova forma de repartição encontra-se assim detalhada:

[...] a jornada social de trabalho consiste na soma das horas individuais de trabalho. O tempo individual de trabalho do produtor individual é a parte da jornada social de trabalho que ele fornece, é sua participação nessa jornada. Ele recebe da sociedade um certificado de que forneceu um tanto de trabalho (depois da dedução de seu trabalho para os fundos coletivos) e, com esse certificado, pode retirar dos estoques sociais de meios de consumo uma quantidade equivalente a seu trabalho. A mesma quantidade de trabalho que ele deu à sociedade em uma forma, agora ele a obtém de volta em outra forma (MARX, 2012, p. 29-30).

Já não há aqui, portanto, a produção de mais-valia; já não há o capital como relação social.

A análise marxiana sobre a desintegração do capital em virtude da progressiva automação, com o conseqüente colapso do processo de formação do valor, é um dos temas fundamentais para se pensar o nosso tempo. É por isso que o

polonês Roman Rosdolsky, um dos grandes estudiosos de Marx, e particularmente dos *Grundrisse*, considerava que a predição marxiana sobre o impacto das transformações promovidas pelo desenvolvimento da maquinaria adquiriria uma “transcendência profética” diante da “nova revolução industrial em curso” na segunda metade do século 20: “O que o revolucionário alemão sonhava solitariamente em 1858, em seu exílio em Londres, ingressou hoje em dia – mas só hoje em dia – no âmbito do que é imediatamente possível” (ROSDOLSKY, 2001, p. 356).

Considerações finais

Ao se considerar, portanto, a teoria da revolução tal como exposta no primeiro volume de *O Capital* sob a luz do “fragmento sobre as máquinas” dos *Grundrisse*, podemos vislumbrar “duas vias” complementares, que confluem e levam ao mesmo fim. Não se pode pensar a ação revolucionária sem que as condições materiais estejam dadas, com todas as suas contradições altamente desenvolvidas. Entre tais contradições, ademais, o progressivo incremento técnico, com a subsequente automação e, por conseguinte, a crescente obsolescência da mercadoria força de trabalho parece ocupar um lugar central nas formulações teóricas marxianas.

Desse modo, seria improfícuo colocar, de um lado, a “ação revolucionária” e, de outro, o “colapso passivo” do capitalismo como momentos inconciliáveis da teoria da revolução marxiana. Antes, ao incorporar as considerações presentes no “fragmento sobre as máquinas” à teoria revolucionária tal como exposta no capítulo sobre a assim chamada acumulação primitiva, acreditamos que ela ganhe em sofisticação e complexidade. E isso poderia prevenir tanto contra a crença no voluntarismo absoluto da ação revolucionária, quanto na expectativa mística de uma transformação revolucionária que aconteceria sem prática.

REFERÊNCIAS

BELLOFIORE, R.; STAROSTA, G.; THOMAS, P. D. **In Marx's laboratory: critical interpretations of the *Grundrisse***. Chicago, IL: Haymarket Books, 2014.

BOBBIO, N. **Escritos sobre Marx: dialética, Estado, sociedade civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

MARX, K. **O 18 brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. O que é novo no materialismo histórico. *In*: FERNANDES, F. (org.). K Marx, F. Engels: História. São Paulo: Ática, 2001. p.441-443.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. **Gesammelte Werke**. Köln: Anaconda, 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NEGRI, A. **Marx além de Marx**: ciência da crise e da subversão: cadernos de trabalho sobre os Grundrisse. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

NETTO, J. P. (org.). **Stalin**: Política. São Paulo: Ática, 1982.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

Recebido em: 27 de maio de 2021.

Aprovado em: 11 de outubro de 2021.